



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681798 - GO (2021/0228876-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : JORGE SANTORO FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : JORGE SANTORO FILHO - RJ024412
THIAGO DE OLIVEIRA SANTORO - RJ166653
ANDERSON VAN GUALBERTO DE MENDONÇA - GO031076
MARCOS MACIEL LARA - GO045730
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PACIENTE : LEOMAR DE OLIVEIRA BARBOSA
CORRÉU : FERNANDO DA SILVA FILHO
CORRÉU : PAULA ROBERTA BERNARDES AUGUSTO
CORRÉU : ADEMAR DE MORAIS BUENO
CORRÉU : WILMEIDE NASCIMENTO DE SOUSA
CORRÉU : EDVAN IPORETE DE SOUZA
CORRÉU : LEIDIANE APARECIDA MENDES

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEOMAR DE OLIVEIRA BARBOSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (HC n. 1014561-12.2021.4.01.0000). Infere-se dos autos que (fl. 23):

O Ministério Público Federal, em 1/4/2019, denunciou FERNANDO DA SILVA FILHO, PAULA ROBERTA FERNANDES AUGUSTO, ADEMAR DE MORAES BUENO, WILMEIDE NASCIMENTO DE SOUZA, EDVAN IPORETE DE SOUZA e LEIDIANE APARECIDA MENDES pela prática do crime previsto no artigo 1º, § 1º, II, da Lei n. 9.613/98, com incidência da causa especial de aumento de pena prevista no § 4º do referido artigo; como também denunciou o paciente LEOMAR DE OLIVEIRA BARBOSA pela prática do crime previsto no artigo 1º, §1º, inciso I, com incidência da causa especial de aumento de pena prevista no § 4º da Lei 9.613/1998 (id 114284541).

A parte impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, porque seria o caso de trancamento da ação penal quanto à apuração da crime de organização criminosa, visto "*não constar como crime antecedente descrito na lei de lavagem de capital e também por ter sido inserido formalmente após do advento da lei 12.850/13, ou seja, posterior aos fatos*" (fl. 11).

Agrega a alegação de cerceamento ao direito de defesa, em razão do indeferimento de diligências tidas por imprescindíveis.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para o trancamento da ação ou, alternativamente, o deferimento das diligências.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

1. O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir habeas corpus contra decisão denegatória de pedido liminar proferida em outra impetração na Instância de origem, nos termos da Súmula 691/STF. (AgRg no HC n. 664.826/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 2/6/2021.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*"

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência